

---

## **ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE OS MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM COMPARAÇÃO AOS DE REFERÊNCIA E SIMILARES NA CIDADE DE BELÉM, PARÁ**

Vera Louzeiro de Oliveira Garcia<sup>1</sup>, Larissa Teixeira Pinheiro Rodrigues<sup>1</sup>, Marlene Lisboa da Silva<sup>1</sup>, Thaís Kyara Barros de Araújo<sup>1</sup>, Kemper Nunes dos Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade da Amazônia

E-mail para correspondência: [veralouzeirogarcia@gmail.com](mailto:veralouzeirogarcia@gmail.com)

Submetido em: 19/02/2020 e aprovado em: 23/06/2020

### **RESUMO**

**Introdução:** Os medicamentos exercem papel essencial na promoção e recuperação da saúde, auxiliando na preservação e qualidade de vida do usuário. **Objetivos:** O estudo avalia o conhecimento da população em relação aos medicamentos genéricos, comparado aos de referência e similares, e os princípios da intercambialidade. **Métodos:** Trata-se de um estudo investigativo aleatório realizado na população em geral, em 240 pessoas da região metropolitana de Belém/PA. **Resultados e discussão:** Observamos que, independente do sexo e idade, os de maior renda familiar (49,6%) demonstraram conhecimento sobre as diferenças entre os medicamentos ( $p < 0,0001$ ). 65,9% sabem diferenciar os tipos de medicamentos – genéricos, referência e similar – pela embalagem ( $p < 0,0001$ ), e 74,8% já receberam alguma informação sobre medicamentos genéricos ( $p < 0,0001$ ). Sobre o consumo dos medicamentos, os genéricos são preferência (48,8%) ( $p < 0,0245$ ), onde 41,5% compram por prescrição ( $p < 0,0001$ ), 66,7% disseram que já compraram o medicamento pelo preço mais em conta. 71,5% relataram confiar nos medicamentos genéricos ( $p < 0,0223$ ), 69,9% acreditam na qualidade e segurança do medicamento genérico, e 54,5% acreditam na sua eficácia igual aos de referência. **Conclusões:** É necessário maior informação quanto ao uso correto de medicamentos e cabe aos profissionais de saúde se atualizarem e orientar da forma correta, evitando automedicação e outros riscos à saúde.

**Palavras-chave:** Genérico, Similar, Intercambialidade de medicamentos.

### **ABSTRAT**

**Introduction:** Medicines play an essential role in promoting and recovering health, helping to preserve and improve user's quality of life. **Aims:** The study assesses the population's knowledge about generic drugs, compared to reference and similar ones, and the

interchangeability principles. Methods: This is a random investigative study carried out in the general population, in 240 people from the metropolitan region of Belém/PA. Results and discussion: Regardless of gender and age, those with the highest family income (49.6%) demonstrated knowledge about the differences between medications ( $p < 0.0001$ ). 65.9% know how to differentiate the types of drugs - generic, reference and similar - by packaging ( $p < 0.0001$ ), and 74.8% have already received some information about generic drugs ( $p < 0.0001$ ). In relation to the medicines consumption, generics are preferred (48.8%) ( $p < 0.0245$ ), 41.5% of consumers buy by prescription ( $p < 0.0001$ ), 66.7% said they have already bought the medicine for the cheapest price. 71.5% reported relying on generic drugs ( $p < 0.0223$ ), 69.9% believed in the quality and safety of generic drugs, and 54.5% believed in equal effectiveness between the reference and generic drugs. Conclusions: More information about the correct use of medicines is needed, and it is up to health professionals to update themselves and guide the patients correctly, avoiding self-medication and other health risks. Keywords: Generic, Similar, Drug interchangeability.

## INTRODUÇÃO

Desde 1994, já se debatia o impacto mercadológico dos medicamentos genéricos na economia brasileira, quando Bermudez<sup>(1)</sup>, discursou sobre a introdução mundial dos medicamentos genéricos e a importância enquanto uma opção para o mercado brasileiro, levando em consideração o modelo de atenção à saúde no Brasil e as características do mercado na indústria farmacêutica em nosso país e no mundo. Tal discussão deve considerar o próprio conceito de medicamentos enquanto insumos em saúde ou como mercadorias que pretende o exclusivo lucro das indústrias farmacêuticas<sup>(1)</sup>.

O papel que os medicamentos exercem é essencial para a proteção e a recuperação da saúde, além de auxiliar na preservação e na mudança na qualidade de vida do usuário<sup>(2)</sup>. Um terço da população mundial tem problemas com o acesso aos medicamentos, devido à alta dos preços aplicados pelo mercado<sup>(3)</sup>. Dessa forma, a implementação do genéricos se tornou uma alternativa para os medicamentos de referência em diversos países, como os Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, Reino Unido (UK – *United Kingdom*), Iraque, Malásia e Brasil<sup>(4,5)</sup>.

Com a globalização intensa e com a ampliação da concorrência, as indústrias farmacêuticas buscavam conquistar novos desafios para se sobressair no mercado mundial. Dessa forma, a satisfação e a confiança dos usuários foram razões importantes que receberam mais atenção no decorrer da fabricação dos medicamentos<sup>(6,7)</sup>. Para isso, a estratégia na busca

pela realização do controle de qualidade feito nas indústrias farmacêuticas é de extrema importância para garantir a qualidade, a segurança, a eficácia e a confiabilidade dos seus medicamentos perante o mercado consumidor, onde a intenção de assegurar essas condições ao longo da fabricação pelas indústrias farmacêuticas foi assegurada através de determinações que foram impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)<sup>(6)</sup>.

A regulamentação da Lei dos Genéricos, por meio da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, através da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da ANVISA, proporcionou conceitos novos para o registro de medicamentos no Brasil, entre os quais testes de equivalência farmacêutica (ensaios *in vitro*) e testes de bioequivalência (ensaios *in vivo*)<sup>(8,9)</sup>. Além disso, também foram criadas condições para que esses medicamentos pudessem ser implantados de acordo com normas adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), nos Países da Europa, Estados Unidos e Canadá<sup>(10)</sup>. Dessa forma, a Lei dos Genéricos determinou novos padrões para o desenvolvimento e registros de medicamentos no Brasil<sup>(8)</sup>.

Com a entrada dos medicamentos genéricos no mercado brasileiro, fez aumentar a competição entre os medicamentos onde o genérico começou a conquistar o mercado e os de referência passaram a competir para garantir suas metas de vendas. A justificativa dos preços mais baixos dos genéricos se dá pelo fato de ter menor investimento em marketing e pela falta de gastos em desenvolver princípios ativos e ensaios clínicos que são necessários para um produto inovador<sup>(11,12,13,14)</sup>. Onde a Lei dos Genéricos disponibilizou estes com menor preço, sendo no mínimo 35% mais barato em relação aos medicamentos de referência, o que acabou contribuindo para o acesso à medicamentos de qualidade, seguros e eficazes à população<sup>(10)</sup>. Dessa forma, a ANVISA declara que os genéricos são iguais aos de referência ao garantir que existe intercambialidade entre eles<sup>(15)</sup>. Com a implementação da política dos medicamentos genéricos, acabou cumprindo seu propósito inicial que foi incentivar a concorrência comercial, ter uma melhora na qualidade dos medicamentos e tornar mais fácil o acesso da população ao tratamento medicamentoso, que além disso, acabou fortalecendo a indústria nacional<sup>(16,17)</sup>.

De acordo com os medicamentos vendidos pelo mercado farmacêutico, existem três categorias nas quais os medicamentos estão classificados: medicamentos de referência, os medicamentos genéricos e os medicamentos similares<sup>(18)</sup>, conforme descrito em, Brasil, 1999<sup>(9)</sup>. Dentre eles os similares equivalentes por meio da RDC nº 58, de 10 de outubro de 2014, onde dispõe junto à ANVISA o registro de medicamentos intercambiáveis com os de referência, na qual a lista com estes medicamentos encontra-se disponíveis no site da ANVISA. Mas para que seja considerado medicamento intercambiável o medicamento similar tem que passar por

estudos de equivalência farmacêutica, biodisponibilidade relativa/bioequivalência ou bioisenção, onde sejam apresentados, analisados e aprovados pela ANVISA<sup>(19)</sup>.

O entendimento da população sobre os genéricos tem sido bastante estudado em vários países com utilização de abordagens tanto de forma quantitativas quanto qualitativas<sup>(20)</sup>. E o conhecimento sobre os medicamentos genéricos é um aspecto de extrema importância que pode induzir na escolha consciente do produto que irá ser usado<sup>(21)</sup>.

Com os 20 anos dos medicamentos genéricos no Brasil, eles afirmam sua posição impulsionando o crescimento da indústria farmacêutica no mercado, e também como principal mecanismo para o aumento do acesso a medicamentos em nosso país. A venda dos medicamentos genéricos cresceu 6,3% no primeiro semestre desse ano de 2019, onde de cada 10 medicamentos que são prescritos no país, seis são genéricos, o que demonstra um aumento da confiança dos medicamentos genéricos entre os médicos. No primeiro semestre os genéricos fecharam um consumo nacional com participação de 34,07% no mercado em unidades, melhor índice desde que eles chegaram ao mercado. As vendas de medicamentos de referência, ou inovadores, registraram queda de 0,20% em comparação ao ano anterior, enquanto os similares cresceram 2,93%<sup>(22)</sup>. Segundo Telma Salles (2019), presidente da PróGenéricos, em 20 anos os genéricos proporcionaram aos consumidores brasileiros uma economia que bate a marca de R\$ 138 bilhões, esses resultados demonstram que os medicamentos genéricos estão cumprindo seu papel de possibilitar o acesso dos consumidores aos medicamentos em nosso país<sup>(22)</sup>.

Mesmo com o crescimento dos medicamentos genéricos nestes 20 anos, as dúvidas ainda são grande, principalmente por parte dos consumidores e entre alguns profissionais da área da saúde, o que prejudica as expectativas e os benefícios que esses medicamentos trouxeram e o quanto eles são importantes para a economia da população e o crescimento da indústria farmacêutica no Brasil, onde também destacamos conceitos novos, como a Lei da Intercambialidade, além do baixo custo.

O presente artigo apresenta como objetivo principal analisar o nível de conhecimento da população em geral no município de Belém, capital do estado do Pará, quanto aos medicamentos genéricos em comparação aos de referência e similares, e os princípios da intercambialidade baseado nas legislações vigentes.

## **MÉTODOS**

Trata-se de uma pesquisa de caráter investigativo de variáveis tanto qualitativas quanto quantitativas, realizada através de uma análise transversal que ocorreu no período de setembro

de 2018 a julho de 2019, através da aplicação de questionário sócio-epidemiológico em 240 usuários de medicamentos de ambos os sexos e maiores de idade. A aplicação dos questionários ocorreu de forma aleatória e probabilística, uma vez que qualquer indivíduo da população pôde e teve oportunidade de participar da pesquisa, aplicada no centro de Belém em duas praças públicas de maior fluxo de pessoas - Praças da República e Batista Campos - e em três bairros da periferia de Belém; bairro da Pedreira, bairro do 40 horas e bairro do Tapanã, durante ações sociais realizadas à comunidade pelos autores do projeto.

A pesquisa possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos, da Universidade da Amazônia (UNAMA) – CEP/NP. 2.825.111/CAAE 94992918.5.0000.5173, aprovado em 16 de agosto de 2018 e participaram do estudo apenas aqueles que concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O tamanho amostral foi definido com base na população de Belém, que em 2019 era de 1.492.745, aproximadamente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, foram entrevistados 240 usuários de medicamentos, expressando um grau de confiança de 90% e margem de erro de 5%, para uma população de estudo de 1.492.745. As variáveis obtidas através da pesquisa foram analisadas por técnica quantitativa sistematizadora, de modo: contagem manual, tecnológica, tabulação e gráfico estatísticos para apurar, corrigir, aplicar e processar os dados e informações colhidas, que foram organizadas em planilhas pelo *software* Microsoft® Excel 2010, armazenados e compilados para obtenção dos dados estatísticos, sendo aplicado os testes qui-quadrado e teste G (nível de significância de 5%), através do *software* Bioestat 5.0<sup>(23)</sup>.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo ouviu 240 pessoas de ambos os sexos, sendo a maioria mulheres (144) em comparação aos homens (96), com prevalência de faixa etária entre os 18 aos 29 anos para ambos os sexos, e média de 38,5 anos (mínima 18 e máxima 59 anos). Analisando o perfil dos entrevistados quanto ao conhecimento sobre a responsabilidade do farmacêutico na prática da intercambialidade de medicamentos – conforme a RDC n° 135, de 29 de maio de 2003<sup>(24)</sup> – observamos resultado significativo entre aqueles com maior renda familiar (acima de três salários mínimos mensais), onde 61 (49,6%) dos entrevistados informaram estar cientes desta prática, versus 28 (23,9%) que relataram não conhecer tal responsabilidade e autoridade do farmacêutico ( $p < 0.0001$ ). Este resultado demonstra que independente do sexo e da idade, o usuário de medicamentos com maior padrão financeiro possui também maior esclarecimento

sobre os direitos na intercambialidade de fármacos executada pelo farmacêutico. Em um estudo de base populacional desenvolvida por Bertoldi e colaboradores (2016), foi demonstrado que a classe econômica C teve maior prevalência na utilização de medicamentos genéricos (47,0%) sendo maior entre os que residem nas regiões Sul (50,6%) e Sudeste (49,9%)<sup>(16)</sup>. Blatt *et al.*, (2012), no município de Tubarão, Santa Catarina, identificou um predomínio da classe C (47,4%) em relação ao consumo de medicamentos<sup>(11)</sup>. Acreditamos que este indicativo demonstre que a população em condições econômicas mais baixa se contraponha ao perfil daqueles com poder aquisitivo maior, onde estes possuam maior consciência e segurança entre o uso dos medicamentos.

**Tabela 1** – Perfil de usuários dos medicamentos

	O usuário está ciente da prática legal da intercambialidade pelo farmacêutico				Valor de p
	Sim n=123	%	Não n=117	%	
<b>Sexo</b>					
Masculino	47	38.2	49	41.9	0.6541
Feminino	76	61.8	68	58.1	
<b>Idade</b>					
18 a 23 anos	27	22.0	33	28.2	0.6050
24 a 29 anos	35	28.5	25	21.4	
30 a 35 anos	17	13.8	15	12.8	
36 a 41 anos	15	12.2	12	10.3	
> 42 anos	29	23.6	32	27.6	
<b>Renda Familiar</b>					
1 Salário	25	20.3	52	44.4	< 0.0001
Entre 1 e 2 salários	37	30.1	37	31.6	
Maior que 3 salários	61	49.6	28	23.9	

Conforme a avaliação do grau de conhecimento dos usuários quanto as diferenças entre os medicamentos genéricos, referência e similar (tabela 2) observamos um resultado significativo ( $p < 0.0001$ ) quanto ao conhecimento dos usuários em relação a saber diferenciar os medicamentos entre si – genéricos, referência e similar – (65,9%), assim como, serem capazes de identificar os diferentes tipos de medicamentos pela embalagem (89,4%), e que relataram já ter recebido alguma informação sobre os medicamentos genéricos (74,8%). Conforme demonstrado por Sousa e colaboradores (2013) o grau de conhecimento dos usuários a respeito dos medicamentos genéricos, similar e referência na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, 24,56% dos consumidores sabiam fazer a diferença entre o medicamento genérico dos demais, no ato da compra<sup>(15)</sup>. Já em estudo desenvolvido por Lira *et al.*, (2014) 48,6% disseram de forma certa o que são os medicamentos genéricos<sup>(2)</sup>. O estudo atual em comparação aos

anteriores demonstrou uma evolução estatística nos dados obtidos, sendo este um indicativo positivo que demonstra uma evolução no nível de conhecimento da população quanto à estar mais bem informada, tornando-os capazes de realizar a diferenciação entre os medicamentos sendo usuários mais conscientes.

É importante considerar que apesar da população não possuir o conhecimento específico sobre cada tipo de medicamento, sabem reconhecer os genéricos. Isso talvez se deva pelo fato dos genéricos apresentarem a letra G na embalagem, como evidenciou Sousa e colaboradores (2013), em que 91,62% dos entrevistados relataram que visualizar a letra G proporciona identificar a embalagem dos genéricos<sup>(15)</sup>. Já em estudo realizado por Blatt e colaboradores (2012), que ocorreu no município de Tubarão, Santa Catarina, onde os entrevistados fizeram a identificação dos medicamentos genéricos pela letra “G” (37,6%), a “tarja amarela” (28,2%) e a frase “Medicamento Genérico” na faixa (23,9%), essas informações foram as principais formas de identificar o medicamento genérico, demonstrando que a população está observando melhor antes da compra<sup>(11)</sup>. Guttier *et al.*, (2016), relatou que entre as características da embalagem, também foi mencionado a apresentação da lei dos genéricos, a letra “G” e a palavra “Genérico”, com resultados de 56,6% (2002) e 75,6% (2012) entre os indivíduos que foram capazes de identificar alguma das características da embalagem dos medicamentos genéricos<sup>(21)</sup>.

Independentemente de qual seja o meio da informação sobre o genérico, os usuários estão cada vez mais informados e se tornando conscientes sobre o que é o medicamento genérico, quais benefícios em utilizá-los e que o farmacêutico está autorizado por lei a fazer a substituição entre os medicamentos. Em comparação com estudos anteriores, observamos uma proximidade entre os dados obtidos, como mostrou Duque, Rocha & Balteiro, em 2014, que a principal fonte de informação foi o Médico (69,7%), seguido pelos profissionais de farmácia (66,2%)<sup>(25)</sup>. Já dados obtidos por Lira e colaboradores, em 2014, 78,8% dos entrevistados tinham recebido informações sobre os genéricos, sendo o meio mais relatado a televisão (49,3%), profissionais médicos (18%) e farmácias, por meio do balconista ou farmacêutico (39,5%)<sup>(2)</sup>.

**Tabela 2** – Grau de conhecimento dos usuários sobre os diferentes medicamentos (genéricos, referência e similar)

	O usuário está ciente da prática legal da intercambialidade pelo farmacêutico				Valor de p
	Sim n=123	%	Não n=117	%	
Sabe a diferença entre os medicamentos genéricos, referência e similar?					
Sim	80	65.9	37	31.6	<b>&lt; 0.0001</b>
Não	43	34.1	80	68.4	
Você sabe identificar o medicamento genérico pela embalagem no ato compra?					
Sim	110	89.4	44	37.6	<b>&lt; 0.0001</b>
Não	13	10.6	73	62.4	
Já teve informação sobre os medicamentos genéricos?					
Sim	92	74.8	24	20.5	<b>&lt; 0.0001</b>
Não	31	25.2	93	79.5	

Conforme observamos, o padrão de consumo dos usuários entrevistados (tabela 3) demonstrou resultado significativo ( $p = 0.0245$ ) em relação aqueles que costumam comprar medicamentos genéricos (48.8%), e ( $p < 0.0001$ ) quanto aqueles que relataram comprar os medicamentos por prescrição médica (41,5%), sendo o menor motivo para compra desses medicamentos a indicação por terceiros (10,6%). Isso demonstra que entre os pacientes que são conhecedores da intercambialidade a prescrição médica ainda continua sendo o principal fator que influencia a compra dos medicamentos pelos usuários dos genéricos. Não observamos qualquer diferença estatística significativa nas demais variáveis relacionadas quanto a avaliação do padrão de consumo pelos usuários. Em estudo que foi desenvolvido por Lira e colaboradores, em 2014, (17,4%) afirmaram que sempre costumavam comprar medicamentos genéricos, (22,3%) compravam frequentemente e (38,5%) às vezes compravam genéricos<sup>(2)</sup>. Neste sentido, comparação entre os estudos houve um aumento significativo, pois demonstra que a credibilidade do genéricos tem aumentado no decorrer dos anos.

Estudo realizado por Silva *et al.*, (2017) que aconteceu no Município de Vale do Paraíso, Rondônia, identificou que 72% dos entrevistados obtiveram os medicamentos com receita médica<sup>(18)</sup>. Provavelmente tal discrepância em comparação ao que demonstramos, ocorra uma vez que as condições médicas ou da localidade onde foi realizado o estudo tenha influência direta nos resultados e um grau maior de confiabilidade no prescritor médico, uma vez que o paciente adquire o medicamento prescrito. Fato curioso observado em estudo realizado por

Arrais e colaboradores (2016), foi que a prevalência de automedicação no Brasil ocorre em 16,1%, sendo maior na região nordeste 23,8%, que a maioria dos medicamentos mais utilizados por automedicação foram aqueles classificados como os isentos de prescrição (65,5%)<sup>(26)</sup>. Isso ocorre principalmente quando o usuário sente alguma necessidade (por exemplo, dor ou desconforto), justificando a automedicação devido dificuldades ao acesso médico, comum em algumas regiões do país, ou há uma relação direta com a rotina de sobrecarga de atividades diárias que os brasileiros vivem nos dias atuais, onde a automedicação se faz um risco potencial a saúde dos usuários.

**Tabela 3** – Padrões de consumos dos medicamentos pelos usuários

	O usuário está ciente da prática legal da intercambialidade pelo farmacêutico				Valor de p
	Sim n=123		Não n=117		
		%		%	
Qual deles costuma comprar mais?					
Genérico	60	48.8	46	39.3	<b>0.0245</b>
Referência	31	25.2	13	11.1	
Similar	13	10.6	20	17.1	
Não sabe informar	19	15.4	38	32.5	
Você compra por?					
Indicação de terceiros	13	10.6	31	26.5	<b>&lt; 0.0001</b>
Indicação farmacêutica	32	26.0	21	17.9	
Preferência pessoal	27	22.0	40	34.2	
Prescrição médica	51	41.5	25	21.4	
Costuma comprar medicamentos genéricos?					
Sempre	54	43.9	45	38.5	0.4925
Às vezes	53	43.1	48	41.0	
Nunca	14	11.4	7	6.0	
Não sabe informar	2	1.6	17	14.5	
Você compra ou já comprou o medicamento genérico por conta do preço?					
Sim	82	66.7	84	71.8	0.4715
Não	41	33.3	33	28.2	
O seu médico alguma vez já prescreveu ou prescreve medicamento genérico?					
Sempre	43	35.0	31	26.5	0.8634
Às vezes	56	45.5	47	40.2	
Nunca	22	17.9	16	13.7	
Não sabe informar	2	1.6	23	19.7	

Quanto ao perfil de confiança dos usuários pelo medicamento genérico (tabela 4), foi observado resultado com significância estatística ( $p = 0.0223$ ) entre aqueles que informaram

conhecer sobre a prática da intercambialidade de medicamentos pelo farmacêutico, onde 71,5% afirmaram confiar nos medicamentos genéricos e em seus efeitos. Contudo, em relação às demais variáveis investigadas, não houve resultado significativo na avaliação em relação ao conhecimento a cerca da qualidade e segurança entre o medicamento referência e o medicamento genérico, ou em relação aos seus efeitos colaterais. Em estudo realizado na Malásia por Wong e colaboradores (2014), constatou-se que 53,5% entre os entrevistados acreditavam que os genéricos tinham a mesma eficácia dos medicamentos de marca<sup>(27)</sup>. É importante ressaltar que estes são submetidos aos testes de avaliação que podem garantir a eficácia de ambos, o que favorece a satisfação e confiança na população. Nardi & Ferraz (2016) observaram que a maioria das pessoas entrevistadas acreditam que os medicamentos genéricos e o medicamento de marca foram igualmente eficazes (66%), e que os medicamentos genéricos causam o mesmo efeito que o de marca (90%)<sup>(28)</sup>, o que corrobora para um melhor aceitação dos medicamentos genéricos por parte da população usuária de medicamentos, em comparação aos de referência, confiança esta que tem crescido a cada dia.

**Tabela 4** – Perfil de confiança dos usuários pelo medicamento genérico

	O usuário está ciente da prática legal da intercambialidade pelo farmacêutico				Valor de p
	Sim n=123	%	Não n=117	%	
Você confia nos efeitos dos medicamentos genéricos?					
Sim	88	71.5	54	46.2	<b>0.0223</b>
Não	21	17.1	29	24.8	
Não sabe informar	14	11.4	34	29.1	
Em relação ao medicamento de referência, você acha que o medicamento genérico tem qualidade e segurança?					
Inferior	23	18.7	22	18.8	0.2766
Igual	86	69.9	54	46.2	
Superior	0	0.0	1	0.9	
Não sabe informar	14	11.4	40	34.2	
Em relação ao medicamento de referência, você acha que o medicamento genérico tem efeitos colaterais?					
Menores	27	22.0	19	16.2	0.0522
Iguais	67	54.5	40	34.2	
Superiores	9	7.3	16	13.7	
Não sabe informar	20	16.3	42	35.9	

## CONCLUSÕES

Destacamos a importância em demonstrar que apesar da maioria dos usuários informar conhecer sobre a lei da intercambialidade e relatar confiar nos efeitos do medicamento genérico, ainda se faz necessário um conjunto de estratégias de saúde pública em Belém-PA, para esclarecer cada vez mais a população local sobre o tema, mitigando assim erros provenientes da automedicação, falta de informação sobre medicamentos e riscos ao usuário de fármacos, tendo em vista que ao longo dos anos aumenta consideravelmente a utilização de medicamentos pela população, principalmente quanto ao uso dos genéricos. Voltar estratégias de informações e esclarecimento sobre os medicamentos aos usuários de baixa renda, é de suma importância, uma vez que sejam possíveis alvos de maiores efeitos adversos ou problemas relacionados ao uso inadequado de medicamentos, sendo necessárias melhores medidas educativas para maior segurança no uso correto de medicamentos, tanto aos consumidores quanto entre os profissionais da saúde, pois são os principais meios de informação aos usuários, principalmente a população mais carente, quanto à diferença entre os medicamentos e o seu uso racional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bermudez J. Medicamentos Genéricos: Uma alternativa para o mercado brasileiro. *Cad. Saúde Públ.* 1994; 10(3): 368 – 378.
2. Lira CA, Oliveira JN, Andrade MS, Vancini-Campanharo CR, Vancini RL. Conhecimento, percepções e utilização de medicamentos genéricos: um estudo transversal. *Einstein.* 2014; 12(3): 267 – 273.
3. World Health Organization. Health Action International. Measuring medicine prices, availability, affordability and price components. [publicação online]. 2<sup>ND</sup> EDITION. WHO. 2008. Disponível em: [https://www.who.int/medicines/areas/access/OMS\\_Medicine\\_prices.pdf?ua=1](https://www.who.int/medicines/areas/access/OMS_Medicine_prices.pdf?ua=1). Acesso em: 26 de outubro de 2019.
4. Dias JC, Paula Junior W. Percepções e utilização de medicamentos genéricos, similares e referência por pacientes atendidos na Unidade Básica de Saúde do bairro Major Prates no município de Montes Claros – MG. *Revista de Farmácia das Faculdades Santo Agostinho.* 2015; 5(1): 29 – 45.
5. Babar ZU et al. An evaluation of consumers' knowledge, perceptions and attitudes regarding generic medicines in Auckland. *Pharm World. Sci*, 2010. [acesso 26 out 2019]; 32(4): 440 – 448. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20559730>.

6. Rocha TG, Galende SB. A importância do controle de qualidade na indústria farmacêutica. *Revista UNINGÁ Review*. 2014; 20(2): 97 – 10.
7. Kesic D. Strategic analysis of the world pharmaceutical industry. *Management*. 2009; 14(1): 59 – 76.
8. Araújo LU et al. Medicamentos genéricos no Brasil: panorama histórico e legislação. *Rev Panam Salud Publica*. 2010; 28(6): 480 – 492.
9. Brasil. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9787.htm). 10 de fev 1999.
10. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medicamentos genéricos. Ministério da Saúde. [publicação online]. [acesso em 06 set 2019]. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/genericos>.
11. Blatt CR, Trauthman SC, Schmidt EH, Marchesan S, Silva LM, Martins JL. Conhecimento popular e utilização dos medicamentos genéricos na população do município de Tubarão, SC. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2012; 17(1): 79 – 87.
12. Tobar F. Economía de los medicamentos genéricos en America Latina. *Rev Panam Salud Publica*. 2008; 23(1): 59 – 67.
13. Dias CRC, Romano-Lieber NS. Processo de implantação dos medicamentos genéricos no Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2006; 22(8): 1661 – 1669.
14. Dias CRC. Medicamentos genéricos no Brasil de 1999 a 2002: análise da legislação, aspectos conjunturais e políticos. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2003. Dissertação de Mestrado em Serviços de Saúde Pública.
15. Sousa VC, Mesquita JMC, Lara JE. Análise da decisão de compra de medicamentos frente à existência de produtos substitutos: um estudo no município de Belo Horizonte, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2013; 18(11): 3311 – 3320.
16. Bertoldi AD et al. Utilização de medicamentos genéricos na população brasileira: uma avaliação da PNAUM 2014. *Revista de Saúde Pública*. 2016; 50(2): 1 – 11.
17. Quental C, de Abreu JC, Bomtempo JV, Gadelha CA. Medicamentos genéricos no Brasil: impactos das políticas públicas sobre a indústria nacional. *Cien Saude Colet*. 2008; 13(Supl): 619 – 28.

18. Silva CM, Valiatti TB, Calazans RSP, Barcelos IB, Salvi JO. Medicamentos genéricos: uma abordagem no município de Vale do Paraíso, Rondônia. *Acta Biomedica Brasiliensia*. 2017; 8(2): 83 – 90.
19. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 58, de 10 de outubro de 2014. Dispõe sobre as medidas a serem adotadas junto à Anvisa pelos titulares de registro de medicamentos para a intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência. Ministério da Saúde. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0058\\_10\\_10\\_2014.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0058_10_10_2014.pdf). 10 out 2014.
20. Hassali MAA, Shafie AA, Jamshed S, Ibrahim MIM, Awaisu A. Consumers' views on generic medicines: a review of the literature. *International Journal of Pharmacy Practice*. 2009; 17: 79 – 88.
21. Guttier MC, Silveira MPT, Luiza VL, Bertoldi AD. Percepção, conhecimento e uso de medicamentos genéricos no Sul do Brasil: o que mudou entre 2002 e 2012? *Cad. Saúde Pública*. 2016; 32(7): e00070215.
22. Associação Brasileira de Indústrias de Medicamentos Genéricos. PróGenéricos. [homepage na internet]. Mercado. [acesso em 06 set 2019]. Disponível em: <http://www.progenericos.org.br/noticias/112/genericos-mais-saude-menos-custo>.
23. Ayres M, Ayres JrM, Ayres DL, Santos AAS. Bioestat 5.0 aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas. 4ª ed. Belém: IDSM. Editora Sociedade Civil Mamirauá. 2007.
24. Conselho Federal de Farmácia. [homepage na internet]. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 135, de 29 de maio de 2003. Aprova o regulamento técnico para medicamento genérico. [acesso em 06 set 2019]. Disponível em: [http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao\\_sanitaria/135.pdf](http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao_sanitaria/135.pdf). 03 set 2003.
25. Duque M, Rocha CI, Balteiro J. Adesão dos utentes aos medicamentos genéricos. *Rev Port Saúde Pública*. 2014; 32(2): 181 – 187.
26. Arrais PSD et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Rev Saúde Pública*. 2016; 50(supl 2): 13s.
27. Wong ZY, Hassali MA, Alrasheedy AA, Saleem F, Yahaya AH, Aljadhey H. Patients' beliefs about generic medicines in Malaysia. *Pharmacy Practice*. 2014; 12(4): 1-8.
28. Nardi EP, Ferraz MB. Perception of the value of generic drugs in São Paulo, Brazil. *Cad. Saúde Pública*. 2016; 32(2): e00038715.